

Burocracia do além

Uma verdade frequentemente ignorada em nosso tempo é que o Estado precisa ser administrado como Estado, com suas funções próprias e autonomia, e não como uma burocracia sujeita às regras de mercado ou às pressões de órgãos multilaterais.

No século XXI, é cada vez mais comum ver o Estado nacional reduzido a um arranjo burocrático subordinado a agentes externos como a ONU, o mercado financeiro ou organizações multilaterais. Nessa configuração, o Estado perde sua soberania, pois lhe é retirado o poder decisório em favor de um sistema de regras internacionais. Assim, ele se torna incapaz de preservar sua unidade ou de perseguir o interesse nacional, restando-lhe o papel de uma mera engrenagem do sistema globalizado de governança.

Atualmente, é considerado mais importante para um Estado estar alinhado ao sistema internacional de relações e comércio do que se manter integrado às forças vitais da nação. Ter instituições reconhecidas como "democráticas" pelo G7 pesa mais do que torná-las acessíveis e funcionais para os cidadãos. Da mesma forma, manter boas relações com importadores e alcançar uma balança comercial favorável parece ser mais relevante do que promover cidadania e fortalecer o poder de compra interno.

Em resumo, o status quo exige que os Estados sejam burocracias eficientes e dinâmicas, integradas ao sistema internacional, em vez de Estados políticos com projetos nacionais identificados com os interesses do povo. Sem compreender a diferença entre um Estado político e uma burocracia administrativa, muitos liberais no Brasil insistem em reduzir o tamanho e as atribuições do Estado, como se isso fosse a raiz do problema.

De fato, quando enfrentamos a complexidade, os impostos abusivos e as intermináveis papeladas da máquina pública, nossa reação natural é culpar o governo e acreditar que a redução do Estado trará mais paz e eficiência. Mas pergunto: será que políticas como ESG, os rígidos códigos ambientais, os protocolos de compliance e até os discursos sobre direitos humanos, que impactam diretamente nossa segurança pública e economia, nasceram realmente aqui?

Essas burocracias, na verdade, foram incorporadas ao cotidiano brasileiro porque nosso Estado foi reduzido a um órgão subordinado às regras do sistema internacional. Amarrado por essas imposições externas, o Brasil não consegue criar um projeto nacional autônomo e se encontra imobilizado, impedido de alcançar seu verdadeiro potencial.

- É essencial saber diferenciar Estado de burocracia.
- Quando o multilateralismo assume o controle do Estado nacional, seu poder decisório é esvaziado e sua soberania comprometida.
- Várias das burocracias e taxas que atrapalham nossa vida foram recomendações, normas e provocações de órgãos multilaterais e demais agentes externos.



Além disso, vale refletir: essas burocracias, quase sempre impostas por agentes externos, não nos deixam ainda mais expostos? Um Estado com poderes reduzidos, mal definidos e subordinado a interesses internacionais torna-se ainda mais vulnerável a essas influências negativas.

Um exemplo que desafia o pensamento dos liberais brasileiros é Javier Milei, na Argentina. Embora tenha promovido a redução de impostos e burocracias, Milei está articulando um projeto de Estado e nação. Suas propostas incluem investimentos em plantas nucleares e estações de inteligência artificial, levando a Argentina em direção à segurança energética e ao desenvolvimento tecnológico.

Milei demonstra que o Estado pode – e deve – ter um papel claro, com objetivos concretos e alinhados aos interesses nacionais. Ele administra o Estado como um instrumento político, não como uma burocracia subordinada.

Já no Brasil, muitos liberais apontam para os “donos do poder” – oligarcas e coronéis – como os principais responsáveis pela burocracia estatal. Contudo, será que, na tentativa de proteger seus investidores estrangeiros, esses mesmos oligarcas não estariam escondendo a verdadeira causa do problema? Afinal, o Estado brasileiro, desprovido de soberania, tornou-se um instrumento de interesses externos, perdendo sua capacidade de agir como um agente político em prol da nação.

